

Parâmetros de qualidade para a EAD no ensino superior: Análise de Programa Pedagógico de Curso de Letras/Espanhol

Quality parameters for e-learning in higher education: Analysis of a Pedagogical Program for a Language Course / Spanish

Mayara Mayumi Sataka

Professora de Espanhol e Português para Estrangeiros no Laboratório de Línguas (LabLin), da UNESP, campus Botucatu. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP/Araraquara. Mestre pelo mesmo programa e instituição. Licenciada e bacharela em Letras (Português/Espanhol). Email: mayarasataka@gmail.com

Matheus Felipe Silva

Professor no Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF) de Franca/SP. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Araraquara. Mestre pelo mesmo programa e instituição. Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela UFSJ. Licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara. Email: matheusfsilva.90@gmail.com

Resumo

A Educação a Distância (EaD) vem sendo amplamente estudada no campo da Educação. Além disso, vem integrando políticas públicas educacionais, como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nesse contexto, neste trabalho, nosso objeto de estudo consiste em um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de um curso de Letras/Espanhol a distância, de uma Universidade Pública, ofertado pela UAB. Assim, objetivamos analisar um PPC de um curso a distância de Letras/Espanhol da UAB, de acordo com os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (2007), no que se refere aos distanciamentos e aproximações entre os dois documentos. Fundamentamo-nos teoricamente em trabalhos que versam sobre a EaD (MILL, 2018, 2016; BORGES, 2015) e, ainda, consideramos a legislação acerca dessa modalidade educacional no contexto brasileiro. Nossa metodologia é de base qualitativa, de tipo descritivo-explicativo (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009). De acordo com o documento oficial (BRASIL, 2007), são oito elementos que constituem a qualidade da EaD no Ensino Superior, sendo elas: (1) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; (2) Sistemas de Comunicação; (3) Material didático; (4) Avaliação; (5) Equipe multidisciplinar; (6) infraestrutura de apoio; (7) Gestão Acadêmico-Administrativa; (8) Sustentabilidade financeira. As análises demonstram que todos esses elementos estão presentes no PPC estudado, com exceção da infraestrutura de apoio. Essa constatação justifica-se na medida em que não há menção a um polo presencial no PPC analisado.

Palavras chave

Educação a Distância; Educação Superior; Programa Pedagógico de Curso.

Abstract

Distance Education has been widely studied in the field of Education. In addition, it has been integrating educational public policies, such as the Open University of Brazil. In this context, in this paper, our object of study consists of a Pedagogical Course Project of a distance course of Literature and Linguistics (Spanish), from a Public University, offered by the Open University of Brazil. Thus, we aim to analyze a Pedagogical Course Project of a distance course in Literature and Linguistics (Spanish), according to the Quality Standards for Higher Distance Education (2007), with regard to the distances and approximations between the two documents. We are theoretically based on papers that deal with Distance Education (MILL, 2018, 2016; BORGES, 2015) and we consider the legislation about this educational modality in the Brazilian context. Our methodology is qualitative

and a descriptive-explanatory type (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009). According to the official document (BRASIL, 2007), there are eight elements that constitute the quality of Distance Education in Higher Education, namely: (1) Conception of education and curriculum in the teaching and learning process; (2) Communication Systems; (3) Educational material; (4) Evaluation; (5) multidisciplinary team; (6) supporting infrastructure; (7) Academic-Administrative Management; (8) Financial sustainability. The analyzes show that all these elements are present in the studied object, with the exception of the supporting infrastructure. This finding is justified since there is no mention of a face-to-face pole in the analyzed object.

Keywords

Distance Education; Higher Education; Pedagogical Course Project.

Introdução

A Educação a Distância (doravante EaD) é muito conhecida nos dias atuais. É uma modalidade de ensino-aprendizagem, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (doravante TICs) e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (doravante TDICs). Nos últimos anos muitos cursos de ensino superior começaram a ser oferecidos nessa modalidade educacional.

Além disso, a EaD vem integrando a história educacional brasileira, uma vez que constitui iniciativas de políticas públicas, tais como o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A literatura da área aponta a potência democratizadora da Educação por meio da EaD (MILL, 2018, 2016; AZEVEDO, COSTA, 2018; BORGES, 2015), embora muitos estudos ainda necessitem ser desenvolvidos e a sua implementação necessite de responsabilidade social e fundamentação teórica. Dessa forma, no âmbito legal brasileiro, há o documento oficial *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (2007), do Ministério da Educação (MEC), que serve como um referencial norteador das práticas na EaD.

Nesse panorama, o nosso objeto de estudo é um Programa Pedagógico de Curso (PPC) do curso a distância de Letras/Espanhol de uma Universidade Federal brasileira. O curso é ofertado por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Objetivamos analisar um Programa Pedagógico de Curso (PPC) de um curso a distância de Letras/Espanhol da UAB, de acordo com os *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (2007), no que se refere aos distanciamentos e aproximações entre os dois documentos. Importa-nos descortinar se os preceitos preconizados no documento oficial do MEC, para uma EaD de qualidade, são incorporados na concepção de um curso de Letras/Espanhol a distância.

Tendo apresentado as considerações introdutórias, na próxima seção trataremos sobre os estudos e a legislação sobre a Educação a Distância no Brasil. Posteriormente, apresentaremos a metodologia de pesquisa que constitui este trabalho. Em seguida, elucidaremos nossas considerações analíticas. Por fim, explicitaremos as considerações finais.

1. A educação a distância no Brasil: os estudos e a legislação

A Educação a Distância (EaD) é uma **modalidade** em que aprendizes e professores não precisam estar em um mesmo lugar e tempo, por meio de suportes tecnológicos com comunicações síncronas ou assíncronas (MILL, 2018; 2016).

No Brasil, um dos principais fatores que fortaleceram a EaD é a possibilidade de democratizar o conhecimento (AZEVEDO, COSTA, 2018; BORGES, 2015). Azevedo e

Costa (2018) referem-se à “curvatura do espaço-tempo” propiciada por essa modalidade, já que promove que o conhecimento e a cultura cheguem em diferentes lugares com muita qualidade. Os autores também relacionam esse fenômeno com o nascimento da imprensa, que viabilizou a produção em massa de livros. Nas palavras dos estudiosos:

A EaD, como modalidade democratizante de acesso ao conhecimento e à cultura, pode ser compreendida como uma verdadeira aliança entre o mundo digital (intangível) e o mundo do livro (palpável), entre o estúdio de mídia e a sala de aula, entre as sensações e as práticas, entre os estudantes e o educador (AZEVEDO, COSTA, 2018, p. 152).

Além disso, Borges (2015) elucida acerca da oportunidade de acesso ao Ensino Superior com a EaD. Essas considerações ganham relevância em um país como o Brasil, profundamente constituído pela desigualdade socioeconômica, que constitui a possibilidade de acesso aos diferentes capitais, tais como o capital cultural (BOURDIEU, 2014). Assim, a EaD viria suprir uma demanda cultural, social, educacional e socioeconômica no Brasil, possibilitando o acesso ao conhecimento institucionalizado. Entretanto, salientamos, em concordância com Mill (2018, 2016), Azevedo e Costa (2018) e Borges (2015), que a implementação da EaD precisa ocorrer mediante fundamentação bem delimitada, com responsabilidade social e embasamento teórico.

Desse modo, no âmbito legal, a EaD possuiu respaldo com o art. 1º do decreto n.9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017), que regulamenta o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/1996 (BRASIL, 1996). No documento oficial, afirma-se:

[...] considera-se Educação a Distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meio e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

A incorporação da EaD na LDB, como aponta a citação anterior, demonstra um avanço para a regulamentação dessa modalidade no país. Nesse mesmo cenário, surgiram os *Referenciais de Qualidade para Educação* (2003) e os *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (2007), que oferecem uma discussão, promovendo reflexões acerca das práticas pedagógicas dessa modalidade e a problematização de possíveis questionamentos. Consideramos que esses documentos salientam a solidificação da EaD no país, com os avanços na época de suas publicações.

Ainda assim, destacamos que, nos últimos anos, as transformações tecnológicas e sociais, culturais, psicocognitivas e econômicas intensificaram-se. Citamos, por exemplo, o vasto uso dos dispositivos móveis (celulares e *tablets*) em todo o mundo, na sociedade de informação e comunicação (CARMO, 2018; CASTELLS, 2005; entre outros), como explicitamos anteriormente. Sendo assim, consideramos que a ausência de documentos mais recentes, que abarquem essas ponderações, revela uma estagnação dos avanços educacionais.

Ainda no que se refere à história da EaD no país, em 08 de junho de 2006, o Decreto 5.800 estabeleceu o Sistema de Universidade Aberta do Brasil (UAB), na modalidade a distância, a fim de expandir e interiorizar os cursos e programas de Educação Superior no Brasil. Esse Decreto articulou-se ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A UAB persiste até os dias atuais e integra o projeto de democratização do acesso ao Ensino Superior, como salientados por Mill (2018, 2016) e Azevedo e Costa (2018).

Tendo em vista as considerações anteriores, abordamos na próxima seção a metodologia que embasa este trabalho.

2. Metodologia

Neste trabalho, orientamo-nos pela metodologia de pesquisa qualitativa, a qual se caracteriza por buscar a compreensão das complexas dinâmicas das relações sociais, sem manipulá-las (SILVEIRA, CÓRDOVA, 2009). Além disso, o tipo de pesquisa pode ser considerado como descritivo-explicativo, uma vez que pretendemos descrever, compreender e explicar o objeto de estudo (*ibidem*).

Nosso objeto de estudo é o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de um curso a distância de Letras/Espanhol, da Universidade Aberta do Brasil (UAB), ofertado por uma Universidade Federal do sul do Brasil. Esse PPC foi elaborado para concorrer ao Edital de Seleção da UaB 01/2005 – SEED/MEC, de acordo com o próprio documento.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é analisar um PPC de um curso a distância de Letras/Espanhol da UAB, de acordo com os *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (2007), nossa principal técnica é a leitura. Lemos atentamente tanto o PPC quanto o outro documento oficial, a fim de estabelecer relações e comparações, como se preconiza na pesquisa de cunho qualitativo.

Sendo assim, na próxima seção, apresentamos a nossa discussão analítica.

3. Referenciais de qualidade (2007) e um curso a distância de letras

Os *Referenciais de qualidade para Educação Superior a Distância* (2007) é um documento oficial criado pelo MEC, com a finalidade de apoiar o trabalho educacional na EaD. Ele foi realizado primeiramente em 2003 e, posteriormente, melhorado e publicado em 2007. Para a garantia da qualidade nos processos pedagógicos a distância, o documento (2007) apresenta 8 aspectos fundamentais. No Quadro 1, sintetizamos tais aspectos fundamentais:

Quadro 1: Aspectos fundamentais para uma EaD no Ensino Superior de qualidade

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">(1) Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;(2) Sistemas de Comunicação;(3) Material didático;(4) Avaliação;(5) Equipe multidisciplinar;(6) Infraestrutura de apoio;(7) Gestão Acadêmico-Administrativa;(8) Sustentabilidade financeira. |
|--|

Fonte: Autoria própria baseado em Brasil (2007)

Como já explicitamos anteriormente, neste trabalho, analisamos um PPC de um curso a distância de Letras/Espanhol, da UAB, ofertado por uma universidade pública, de acordo com os *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007). Nesse sentido, de acordo com o documento oficial para a qualidade na EaD no Ensino Superior, a concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem diz respeito ao posicionamento epistemológico “de educação, de currículo, de ensino, de aprendizagem, de perfil do estudante que deseja formar” (BRASIL, 2007, p. 8). Assim, toda a produção de material didático, as práticas de tutoria, comunicação e avaliação, bem como de organização curricular, são orientadas pela perspectiva epistemológica educacional adotada pela instituição. Trata-se, assim, de uma abordagem-metodológica de Educação escolhida para nortear a organização do projeto de ensino/aprendizagem do curso.

No nosso objeto de estudo, o PPC, a perspectiva teórico-metodológica adotada pelo curso a distância de Letras/Espanhol está presente na seção *Justificativa* do documento, uma vez que, ao apresentar os fundamentos da importância do curso, também elucida alguns aspectos formativos. Nas palavras expressas no documento:

As pesquisas contemporâneas têm privilegiado, sobretudo, a autonomia e a singularidade do sujeito. A partir delas, são definidos novos parâmetros para se pensar sobre formação. Entre eles, pode-se enumerar: a relação com o saber, as contradições entre conhecimento e competência, a capacidade de agir sobre o mundo. Assim sendo, a formação é constituída como um sentido em movimento e como caminho para se pensar as novas exigências do mercado de trabalho (UFSM, 2014).

Assim, podemos depreender que a abordagem-metodológica do curso parte da compreensão da autonomia e do sujeito. Por outro lado, as considerações apresentadas na seção *Estratégias Pedagógicas* têm consonância com a citação anterior, pois em tal seção apresenta-se o posicionamento acerca da EaD. Essa ponderação diz respeito à compreensão de que a EaD possui uma identidade própria, de acordo com o seu público-alvo. Além disso, entende-se que nos cursos a distância, diferentemente dos presenciais, o estudante é agente da aprendizagem e da construção do conhecimento.

Tratando-se de um curso de Letras, também há a explicitação de que se concebe a linguagem a partir das contribuições teóricas de Bakhtin e Vygotsky. Os termos abordagem e metodologia, por sua vez, são compreendidos na ótica do Linguista Aplicada de Almeida Filho. Assim, as concepções de educação e currículo consta no PPC estudado neste trabalho

No que diz respeito aos sistemas de comunicação, propostos pelos *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007) refere-se ao princípio de interação e interatividade, mediado pelas TICs ou TDICS, entre professores, tutores e estudantes. Dessa forma, a comunicação é compreendida como primordial para o processo pedagógico, para que o estudante se sinta integrado e não isolado.

Para cumprir esse requisito, a instituição necessita esclarecer detalhes mínimos, tais como: (a) a maneira como a interação deve ocorrer entre estudantes, tutores e professores; (b) o número de professores/hora e tutores/estudantes disponíveis para o atendimento de alunos; (c) os encontros presenciais, entre tutores e alunos; (d) quem são os professores e tutores e como contactá-los; (e) as datas limites para as atividades; (f) o sistema de monitoramento para auxiliar os estudantes; (g) o atendimento tutorial com horário flexível; (h) os polos de apoio com infraestrutura adequada para os estudantes; (i) os meios de comunicação síncronos e assíncronos, para estudantes, tutores e professores; (j) o incentivo por meio de atividades coletivas, presencias ou virtuais; (l) o padrão de qualidade para a supervisão, avaliação e atendimento dos tutores e professores; (m) a possibilidade de representação discente, em

órgãos colegiados.

Sendo assim, o sistema de comunicação está presente no documento analisado, isto é, o PPC do curso de Letras/Espanhol a distância. No Quadro 2, apresentamos, na primeira coluna, os critérios preconizados pelos *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007) para um sistema de comunicação; na segunda coluna, evidenciamos como tais critérios são desenvolvidos no PPC.

Quadro 2: Critérios de sistemas de comunicação no PPC

REFERENCIAIS DE QUALIDADE (2007)	PPC DO CURSO A DISTÂNCIA DE LETRAS
A maneira como a interação deve ocorrer entre estudantes, tutores e professores	Ambiente virtual em uma plataforma utilizada por todos os cursos da UaB na instituição e diferentes recursos tecnológicos
O número de professores/hora e tutores/estudantes disponíveis para o atendimento de alunos	Número de tutores proporcional ao número de alunos por curso; relação professor/hora de acordo com a carga horária das disciplinas consoante à matriz curricular do curso
Os encontros presenciais, entre tutores e alunos	Encontros presenciais obrigatórios: tais como, no começo do 1º semestre, para esclarecimento do curso; no começo dos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º semestres, para esclarecimento das atividades do semestre, o programa das atividades e reunião com os tutores; no 8º semestre, com avaliação geral do andamento do curso e informações sobre a formatura; cada fim de semestre, para avaliação das disciplinas
Quem são os professores e tutores e como contactá-los	Consta o corpo docente com nome dos professores, sua titulação e pontuação no processo seletivo, mas não há meio de contato com eles no PPC
As datas limites para as atividades;	Prazos e datas apresentados na agenda da plataforma do estudante
O sistema de monitoramento para auxiliar os estudantes	Diálogo entre alunos e tutores, fórum de discussão, portfólio e chat ou bate-papo
O atendimento tutorial com horário flexível	Encontros presenciais marcados entre estudantes e tutores
Os polos de apoio com infraestrutura adequada para os estudantes	Não consta no PPC
Os meios de comunicação síncronos e assíncronos, para estudantes, tutores e professores	Ambiente virtual que possibilita comunicação síncrona e assíncrona
O incentivo por meio de atividades coletivas, presencias ou virtuais	Incentivo por meio do material didático e do contato com tutores
O padrão de qualidade para a supervisão, avaliação e atendimento dos tutores e professores;	Esclarecimento da composição das notas e orientações em caso de reprovação. Além disso, quatro tipos de avaliações: acompanhamento pelo professor formador; auto-avaliação; avaliação presencial (prova, trabalho, seminário, etc.); - acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso
A possibilidade de representação discente, em órgãos colegiados	Representante discente como integrante do colegiado do curso, na estrutura de gestão institucional

Fonte: Autoria própria

No que concerne ao material didático, nos *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007) é pontuada a importância do alinhamento entre material didático com o projeto pedagógico do curso. Dessa forma, afirma-se “em consonância com o projeto pedagógico do curso, o material didático, deve desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo a um conjunto de mídias compatível com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo” (BRASIL, 2007, p. 13). Além do conteúdo do conteúdo programático, é preconizado que o material didático contenha: orientações para os estudantes das características da EaD; informações gerais sobre o curso; materiais específicos disponibilizados aos estudantes, como por exemplo, roteiros, livros-texto, etc.; indicação de como a interações entre professores, tutores e estudantes é previsto; apresentação do sistema de acompanhamento, avaliação e orientação do curso.

Com base no objeto analisado, todos os aspectos mencionados anteriormente estão presentes na seção *Estratégias Pedagógicas* do PPC. Nas palavras do documento:

A maioria das atividades a distância será desenvolvida no ambiente virtual que terá como suporte a plataforma utilizada por todos os cursos da UaB na Instituição. Na ferramenta, utilizar-se-ão recursos como: fórum de discussão, portfólio, chat ou bate-papo, biblioteca, agenda, dentre outros disponíveis na plataforma (UFSM, 2014).

É previsto que os professores, tutores e alunos possam comunicar-se por meio dessa plataforma, síncrona e assincronamente, para que os estudantes possam ser acompanhados em sua aprendizagem. Além disso, são utilizadas outras mídias e tecnologias, tais como os programas de rádio, CD-Room, Filmes, DVD, material impresso e teleconferência.

Segundo os *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007), a avaliação recai tanto no processo de aprendizagem quanto institucional. No que se refere à primeira, o propósito é acompanhar a aprendizagem dos estudantes, de modo a incentivá-los no processo de busca do conhecimento e de lhes sanar as dúvidas. A avaliação da aprendizagem é alcançada presencial e virtualmente. A avaliação institucional, por sua vez, serve para que a instituição possa aperfeiçoar a qualidade dos cursos e seus funcionamentos. Tal avaliação articula estudantes, tutores, professores e quadro técnico-administrativo e refere-se à: (a) organização didático-pedagógica; (b) corpo de docente, de tutores, de técnico-administrativos e discentes; (c) instalações físicas; (d) meta-avaliação.

No PPC estudado, a avaliação da aprendizagem é “parte integrante do próprio processo e pode variar de acordo com as orientações dos professores responsáveis pela disciplina, ou de necessidades contextuais vigentes no momento da sua implantação”. No que concerne à avaliação institucional, o documento prevê que se siga as normas do Estatuto da instituição e do CAL, contidas no Regimento Interno do Centro de Artes e Letras, Resolução 06/2002 de 02 de maio de 2002.

Já no que tange à equipe multidisciplinar, pressupõe-se que envolva docentes, tutores e pessoal técnico-administrativo. Primeiramente, os docentes são responsáveis por delimitar o embasamento teórico do projeto bem como do conteúdo curricular, estabelecer a bibliografia, criar o material didático e, por fim, gerir academicamente o processo educacional. Em contrapartida, os tutores são os que em contato diretamente com os estudantes, caracterizando-se por serem os facilitadores da aprendizagem. Há tutoria tanto a distância quanto presencial. Por fim, o corpo técnico-administrativo fornece o suporte nas dimensões tecnológica e administrativa, para o pleno funcionamento do curso.

Docentes, tutores e técnico-administrativos são mencionados no PPC do curso de Letras, como um todo. Vale ressaltar que nos *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007), a criação do material didático é responsabilidade dos docentes,

no entanto, nesse curso a distância, há uma equipe multidisciplinar só para isso. Tal equipe inclui: coordenação geral; comissão de revisão do Material Didático; comissão do Desenho Industrial; comissão da Comunicação Social; comissão de Registro Acadêmico e Administração da Plataforma.

Segundo *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007),

A infra-estrutura material refere-se aos equipamentos de televisão, vídeocassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, inclusive dedicadas para Internet e serviços 0800, fax, equipamentos para produção audiovisual e para videoconferência, computadores ligados em rede e/ou stand alone e outros, dependendo da proposta do curso (BRASIL, 2007, 24)

Nesse sentido, os cursos à distância necessitam ofertar uma infraestrutura material na sede da instituição (núcleo de EaD) e nos polos de apoio presencial. No PPC estudado, não consta nenhuma menção ao polo presencial, como se organiza e como os estudantes podem frequentá-lo. Não é possível saber, no entanto, se dentro do curso, para os alunos, aspectos sobre o polo presencial sejam esclarecidos, embora não o esteja no PPC.

A gestão acadêmico-administrativa é fundamental para os cursos à distância, pois os estudantes dessa modalidade devem ter as mesmas condições de suporte, assistência e monitoramento do que os cursos presenciais. O acompanhamento é também uma forma de acolhimento para que estudante não se sinta desestimulado e, eventualmente, abandone o curso. Assim, a instituição deve garantir vários sistemas de atendimento a serviços básicos, desde informações sobre a matrícula até de controle da tutoria.

Esse aspecto não é especificamente tratado em uma seção do PPC estudado, contudo, é diluído entre as suas considerações. É elucidado no documento que os estudantes a distância possuem acompanhamento por meio da plataforma virtual e dos encontros presenciais agendados. Assim, o estudante pode tirar dúvidas tanto institucionais quando de aprendizagem.

No tocante à sustentabilidade financeira, nos *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007), há uma preocupação na relação entre os custos e o projeto político-pedagógico, para a manutenção da qualidade dos cursos a distância. Sendo assim, é recomendada a realização de uma planilha, que considere o investimento (de curto e médio prazo) e o custeio, para garantir a continuidade do curso de ensino superior ao longo do tempo.

No PPC analisado, afirma-se que os aspectos orçamentários e financeiros têm como base o edital ao qual o curso em questão concorreu no Edital 01/2005, de seleção para a UaB. Assim, de acordo com o documento, o curso recebe apoio financeiro do Ministério da Educação (MEC), conforme convênios específicos com as Instituições Federais de Ensino Superior, mediante o que permite a legislação.

Tendo debatido o PPC de um curso a distância de Letras/Espanhol, de uma Universidade Pública, de acordo com todos os elementos apresentados no *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007), elucidamos, na próxima seção, as considerações finais.

Considerações finais

Neste trabalho, objetivamos analisar um Programa Pedagógico de Curso (PPC) de um

curso a distância de Letras/Espanhol da UAB, de acordo com os *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (2007), no que se refere aos distanciamentos e aproximações entre os dois documentos.

Pudemos observar, a partir das análises, que o PPC apresenta os requisitos apontados pelos *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (2007) do MEC. No Quadro 3, indicamos os elementos preconizados no *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (2007) presentes e ausentes no PPC estudado. Na coluna (1) dispomos os elementos do documento oficial do MEC; na coluna (2) estabelecemos a correspondência em relação ao PPC.

Quadro 3: Elementos dos Referenciais de Qualidade (2007) no PPC

(1) Elementos dos <i>Referenciais de Qualidade</i> (2007)	(2) PPC do curso a distância de Letras
Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem	Abordagem-metodológica de curso pautada na autonomia do estudante, como agente da aprendizagem na EaD.
Sistemas de Comunicação	Elementos que constituem os sistemas de comunicação são delimitados no PPC
Material didático	Material didático proporcionado pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem e outras mídias e tecnologias
Avaliação	Avaliação conforme a metodologia de cada professor. Avaliação institucional de acordo com o Estatuto da instituição
Equipe multidisciplinar	Docentes, tutores e técnico-administrativos são mencionados no PPC
Infraestrutura de apoio	Não há menção ao polo presencial.
Gestão Acadêmico-Administrativa	Docentes, tutores e técnico-administrativos são mencionados no PPC do curso de Letras
Sustentabilidade financeira	Apoio financeiro do Ministério da Educação (MEC), em convênios específicos com as Instituições Federais de Ensino Superior

Fonte: Autoria própria

Assim, como se pode observar no Quadro 3, todos os requisitos apresentados no documento oficial, que norteia a EaD no Brasil, são explicitadas no nosso objeto de estudo, o PPC de Letras/Espanhol a distância. No entanto, o item mais incompleto em tal PPC é a infraestrutura de apoio, pois não há menção a um polo presencial, que dê suporte aos estudantes. Ainda assim, consideramos que há uma chance de que essa questão seja explicitada aos aprendizes durante o curso, com ponderações mais claras para eles. Salientamos que o PPC não se organiza em seções com base nos parâmetros dos *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007). As questões debatidas e analisadas foram encontradas no PPC e tiveram que passar por uma leitura completa de todas as seções, para localizar-se os princípios do documento norteador da EaD.

Vale ressaltar também que o curso foi aprovado em 2005, ou seja, dois anos antes do surgimento oficial dos *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (2007). Portanto, o PPC analisado, possivelmente, foi construído com base no documento do MEC de 2003.

Buscamos não realizar generalizações, contudo, ensejamos que este trabalho tenha

trazido contribuições para a construção de PPCs e a aplicação de *Referenciais de qualidade para educação superior a distância* (2007).

Referências

- AZEVEDO, Mário Luiz Neves; COSTA, Maria Luisa Furlan. Democratização do conhecimento e educação a distância. In: MILL, Daniel (orgs.). *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância*, Campinas: Papyrus, 2018, p. 151-153.
- BORGES, Felipe Augusto Fernandes. EaD no Brasil e o Processo de Democratização do Acesso ao Ensino Superior: Diálogos Possíveis. Em foco revista científica em educação a distância. v. 5, n. 3, 2015. Disponível em: eademfoco.cecierj.edu.br. Acesso em: 10, mar, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M. (orgs.). *Pierre Bourdieu: Escritos de educação*, 15ª Ed.; Petrópolis: Vozes, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. DECRETO Nº 9.057 DE 25 DE MAIO DE 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20238603/do1-2017-05-26-decreto-n-9-057-de-25-de-maio-de-2017-20238503>. Acesso em 12 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de Qualidade para educação a distância. Brasília: Ministério da educação, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais de Qualidade para educação a distância. Brasília, DF: Ministério da educação, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 12 jun. 2020.
- CARMO, Hermano. Sociedade da informação e do conhecimento. In: MILL, Daniel (orgs.). *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância*, Campinas: Papyrus, 2018, p. 582-585.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. A era da informação: Economia, sociedade e cultura, v.1. 2005. Tradução Alexandra Lemos e Rita Espanha.
- MILL, Daniel. Educação a Distância. In: MILL, Daniel (orgs.). *Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância*, Campinas: Papyrus, 2018, p. 198-203.
- MILL, Daniel. Educação a Distância: cenários, dilemas e perspectivas. In: *Revista de Educação Pública*, v. 25, n. 59/2, maio/ago. 2016. Cuiabá: EDUFMT.
- UFMS, educação a distância, letras/espanhol. Disponível em <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/educacao-a-distancia/letras-espanhol/>>. Acesso em: 10/05/2020.
- SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.) *Métodos de Pesquisa*. Rio Grande do Sul: Ed. Da UFRGS, 2009, p. 31-42.